

POR UMA IDENTIDADE SUL-AMERICANA EM MATÉRIA DE DEFESA

*Aula magna do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim,
no Curso Avançado de Defesa Sul-Americano*

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2012

Senhoras e senhores,

Inicialmente saúdo os representantes civis e militares dos ministérios da Defesa da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela, aqui presentes como convidados do Governo brasileiro para participar do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano de 2012.

Ao incluí-lo em seu plano de ação para este ano, o Conselho de Defesa Sul-Americano dá mais um passo significativo – ao lado de iniciativas como a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, na Argentina – rumo à construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa.

Nas próximas dez semanas, os alunos do curso terão, de forma concentrada, uma visão dos contornos dessa identidade, pelo estudo da realidade de defesa sul-americana, pelo contato com autoridades de nossa região e pela visita a algumas das principais organizações brasileiras na área de defesa.

Falar em identidade regional em matéria de defesa é falar na grande maturidade de nossos países ao colocarem suas relações nesta área sabidamente sensível sob o signo da paz e da cooperação.

O surgimento da América do Sul como realidade política é fenômeno recente.

Quando, no ano de 2000, ocorreu em Brasília a primeira Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, um período surpreendentemente longo de afastamento começou a ser superado.

Essa desconexão tinha suas raízes no passado colonial de nossas sociedades, em que os territórios ligados a uma ou outra metrópole mantinham entre si rivalidades exógenas, depois projetadas sobre a vida independente de nossas nações.

A fragmentação afligiu muitos dos pensadores de nossa região.

No Brasil, coube ao prócer de nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco – cujo busto, devo notar, é cultuado junto ao dos patronos das Forças Armadas no pátio central aqui desta Escola Superior de Guerra – ter a consciência clara de que os ódios entre espanhóis e portugueses eram, nas palavras dele, uma “velha sobrevivência”, estranha à América do Sul.

Nas palavras do Barão do Rio Branco, “as fronteiras não são obra de separação e divergência, devem ser garantia de segurança e paz”.

O Brasil desejava, dizia ele, ver as nações vizinhas, e volto a citar textualmente, “cada vez mais prósperas e fortes”, baseadas em uma “inflexível diretriz de concórdia eficaz e leal amizade entre todas as nações sul-americanas”. [fim das citações]

Muitos exemplos desse tipo de raciocínio lúcido podem ser encontrados nos países de nossa região, atestando que nossos estadistas frequentemente pensaram à frente das circunstâncias históricas.

Muitas décadas teriam que passar para que a integração sul-americana começasse a se tornar realidade.

A democratização foi um fator central para a transformação das atitudes políticas frente à interdependência de nossos destinos.

Ainda seria necessário, porém, o reconhecimento de que as estratégias nacionais de desenvolvimento de cada um dos nossos países não podem dispensar a integração com os parceiros regionais.

Condições internacionais menos rígidas e restritivas, como o fim da Guerra Fria, viriam contribuir para que os países da América do Sul tivessem margem de liberdade para conduzir um projeto integrador pautado por seus próprios interesses econômicos, sociais e culturais.

Na primeira década do século XXI esses fatores convergiram gradativamente sobre a realidade sul-americana.

O Mercosul e a Comunidade Andina lograram, em 2004/2005, estabelecer o que constituiu, na prática, uma área de livre comércio em toda a América do Sul.

Recordo que as tentativas nesse sentido, de uma década antes, não prosperaram devido à escassa confiança recíproca e, sobretudo, ao poder de atração de esquemas de liberalização comercial envolvendo os países desenvolvidos do continente americano.

É verdade que os primeiros intentos integradores eram bem mais antigos e remontam à criação da ALALC em 1960, transformada em ALADI em 1980.

A despeito do mérito desses esforços, que criaram o arcabouço jurídico que até hoje serve de guarda-chuva a iniciativas mais recentes, por meio dos acordos de complementação econômica (os ACES), a verdade é que a ALALC e a ALADI lidaram com realidades excessivamente heterogêneas.

Assim, a integração econômica e política da América Latina (e hoje deveríamos acrescentar do Caribe), embora siga sendo um princípio norteador de política – no caso do Brasil, com nível constitucional – não tem a viabilidade imediata do esforço no mesmo sentido, porém focalizado, da integração na América do Sul.

Com a iniciativa de infraestrutura lançada na Cúpula de Brasília, em 2000, já começávamos a interligar fisicamente nossa região.

Politicamente, a América do Sul ganhava também personalidade internacional e aproximava-se, sem intermediários, de seus vizinhos da América Latina e Caribe, da África e do mundo árabe.

Esse ímpeto, corroborado por sinais de uma redistribuição do poder mundial na direção da multipolaridade, motivou os países sul-americanos a criar um quadro institucional para debater e perseguir seus interesses comuns.

A criação da UNASUL em 2008 sintetizou o avanço dos anos anteriores nas várias frentes de integração e projetou as aspirações de progresso em outras tantas.

Sua agenda atual é multifacetada; inclui temas como a defesa da democracia, o comércio, o desenvolvimento social, a já mencionada infraestrutura, a ciência e a tecnologia e o problema mundial das drogas.

Ao dialogarem sobre seus desafios comuns e planejarem coletivamente sua prosperidade, os países da UNASUL fizeram da América do Sul uma realidade política que dá vida ao que até então era um mero conceito geográfico.

★ ★ ★

Em uma região que deixou de ser objeto da história para tornar-se sujeito ativo de seu devir, a integração não poderia deixar de estender-se à área da defesa.

Tradicionalmente, este foi um campo cercado por sensibilidades.

De um lado, diferendos territoriais dificultavam (e por vezes ainda dificultam) a exploração do potencial cooperativo.

De outro, a ideia das fronteiras como “obra de separação e divergência” aplicava-se também aos limites que dividem o estado da sociedade no interior dos nossos países quando se tratava da segurança nacional.

A opacidade e a desconfiança eram a regra de parte a parte.

A democratização transformou a relação entre cidadãos e governantes pelo fortalecimento do princípio da transparência no interior de nossas comunidades políticas.

Embora os processos políticos continuem a evoluir – e nem sempre de forma linear –, a América do Sul é hoje um continente politicamente mais maduro, no qual defesa e democracia se reforçam mutuamente.

Convido todos, a esse propósito, a examinarem o Livro Branco de Defesa Nacional que o governo da presidenta Dilma Rousseff acaba de apresentar ao Congresso Nacional.

Iniciativas como essa, já corriqueiras em nossa região, suscitam o acompanhamento atento e crítico dos assuntos de defesa pela sociedade civil, fator imprescindível para políticas de defesa em sintonia com os interesses nacionais.

Essa representatividade é exemplificada, no caso brasileiro, pelo sólido vínculo entre política de defesa e política de desenvolvimento que orienta a nossa Estratégia Nacional de Defesa.

Ao mesmo tempo, estou convencido de que a integração sul-americana é o caminho a ser trilhado para que a relação entre nossos países na área de defesa leve, cada vez mais, a marca da convergência estratégica.

Uma América do Sul que procura superar desafios comuns e projetar-se coletivamente na política internacional deve refletir maduramente sobre sua identidade em matéria de defesa.

A condição básica dos estados no tocante à sua segurança é o exercício do direito soberano à sua própria defesa.

Desde a fundação das Nações Unidas no pós-Segunda Guerra Mundial, o emprego da violência pelos estados em suas relações externas ficou, ao menos em teoria, sujeito ao sistema de segurança coletiva centrado no Conselho de Segurança.

Exceção feita à autodefesa, essa sempre indeclinável, individual ou coletiva, prevista na Carta de São Francisco em termos bastante estritos, o uso da força depende da autorização daquele órgão, que detém a responsabilidade primária pela paz e a segurança internacionais.

Com todas as suas imperfeições institucionais, que estão a requerer inadiável esforço de reforma, o arcabouço jurídico da ONU fornece, ainda, o melhor quadro normativo para regular as questões de paz e de guerra.

É pelas Nações Unidas que poderemos “multilateralizar a multipolaridade”, tornando esta nova ordem mundial sinônimo de estabilidade e prosperidade para todos os povos.

“Multilateralizar a multipolaridade” não se trata aqui de mero jogo de palavras.

A multipolaridade, expressão de uma distribuição de poder menos concentrada, embora benéfica, não pode, por si mesma, garantir a paz e, muito menos, a justiça.

Sem o arcabouço normativo do multilateralismo, a multipolaridade ensejará no máximo um equilíbrio de poderes, a exemplo do sistema que vigorou na Europa, com algumas interrupções, entre a Paz de Westphalia e a Primeira Guerra Mundial, isto é, entre meados do século XVII e os albores do século XX.

E, como todos sabem, esses quase três séculos de história foram pontilhados por conflitos e tentativas de dominação, que, por vezes, levaram à supressão de povos e nações.

O final do largo período das guerras mundiais do século XX assistiu à criação de um sistema de normas, ao qual faltou, entretanto, uma base de sustentação na realidade de poder.

À bipolaridade da Guerra Fria seguiu-se uma fase do que poderíamos chamar de “unipolaridade consentida”, na qual o multilateralismo frequentemente serviu de manto a atitudes hegemônicas.

Temos, hoje, pela primeira vez na história moderna, uma combinação entre a existência de normas internacionais, portanto multilateralismo, e uma realidade que se aproxima da multipolaridade: uma espécie de “equilíbrio de poder normatizado”, no qual, além das regras que visam proteger a independência e a soberania, estão presentes, ainda que de forma embrionária, normas que dizem respeito à justiça, aos direitos humanos e à preservação da natureza.

É esse multilateralismo assentado em realidades de poder ou, se quisermos, é essa multipolaridade normatizada, que poderá garantir, na medida em que isso seja de todo possível, um futuro de paz e de justiça.

Os países sul-americanos desejam dar sua contribuição a essa causa.

Mas no mundo em que vivemos – um mundo de estados-nação, marcado ainda por fortes assimetrias de poder – sermos pacíficos não pode significar que sejamos indefesos.

Embora vivamos em uma região afastada dos principais focos de tensão global, não podemos ser imprudentes quanto à possibilidade de nos tornarmos vulneráveis a riscos ou ameaças provenientes de cenários em princípio alheios ao nosso ambiente.

Não podemos, por exemplo, descartar hipóteses de conflito entre terceiros países que afetem adversamente nossos interesses ou mesmo que atinjam nosso patrimônio.

É preciso reconhecer que o arcabouço multilateral da ONU, que regula o uso da força entre os estados e que desejamos prestigiar, tem sido repetidamente minado por ações armadas unilaterais ou pela extrapolação dos objetivos de mandatos conferidos pelo Conselho de Segurança, o que inevitavelmente afetam a credibilidade do sistema.

A dissuasão liga-se à avaliação soberana dos riscos e ameaças a que está submetido um país ou, nesse caso, uma região.

Pressupõe a capacidade de imposição de custos proibitivamente altos para eventuais forças adversas, de modo a desincentivar ações hostis, provenham de onde provierem.

Está superada a etapa histórica em que se tentou persuadir nossos países de que sua segurança estava garantida por potências de fora, cabendo às nossas Forças Armadas especializarem-se total ou principalmente em tarefas como o combate ao crime organizado ou ao tráfico de drogas.

Os países sul-americanos têm o direito e o dever de proverem sua própria defesa através de adequada capacidade dissuasória.

Mas não é óbvio que possam fazê-lo de forma isolada.

A estratégia global dissuasória conjuga-se com uma estratégia regional cooperativa.

A construção da América do Sul não estará completa enquanto as fronteiras que apartam nossos países não forem, e volto a usar as palavras de Rio Branco, “verdadeiras garantias de segurança e paz” entre nações “cada vez mais prósperas e fortes”.

O chamado do Barão do Rio Branco por uma “inflexível diretriz de concórdia eficaz e leal amizade entre todas as nações sul-americanas” é atualíssimo e aplica-se muito especialmente à área da defesa.

Se é verdade que o conflito segue sendo um fator de incidência nas relações internacionais, não é menos verdadeiro que, em certas regiões, sua manifestação é largamente mitigada – se não eliminada de todo, mas quem sabe eliminada – graças, em parte, ao desenvolvimento de instituições voltadas à paz e à cooperação.

A transformação da realidade política europeia, portanto, a realidade europeia, nas últimas sete décadas é disso um exemplo eloquente.

Temos na América do Sul alguns casos de “mudança pacífica”.

Gosto sempre de citar, a esse respeito, a superação das suspeitas e rivalidades entre Brasil e Argentina.

Nossos dois países souberam desmontar uma estrutura de interação fundada na política de poder e edificar uma parceria que é exemplo mundial de construção de confiança.

A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, ABACC, é representativa da força do projeto integrador, capaz de gerar uma visão compartilhada de paz e entendimento em uma das áreas mais sensíveis da segurança, a área nuclear.

Ao mesmo tempo, a ABACC fortalece nossa posição – tanto do Brasil, quanto da Argentina – nas discussões sobre desarmamento e não proliferação em nível global.

Avanços como esse foram decisivos para que nossos países abrissem, aqui na região, novo ciclo de inserção competitiva e de desenvolvimento industrial.

Pela cooperação, os países atingem ganhos que não obteriam agindo separadamente.

No plano bilateral, operações de prevenção e repressão de criminalidade fronteiriça, como as operações Ágata, no Brasil, ensejam, também, oportunidades de cooperação e criação de confiança com nossos vizinhos.

Seguindo as normas estabelecidas, o Brasil notifica seus vizinhos da movimentação de Forças por ocasião desse tipo de operação.

Em muitos casos, temos tido observadores desses países dentro das nossas Forças e, até mesmo em alguns casos, operações simultâneas com nossos vizinhos funcionando como espelho, o que garante a maior eficácia da atividade.

Devemos continuar, no plano bilateral ou plurilateral, o desenvolvimento de exercícios conjuntos, mais uma forma de ampliar o conhecimento mútuo entre nossas Forças Armadas e aperfeiçoar suas habilidades em ações conjuntas.

Quero saldar a grande iniciativa entre Argentina e Chile de fundarem a Brigada Cruz Del Sur.

O Brasil está estudando uma maneira de participar, pelo menos em um primeiro momento, como observador nesse esforço.

No plano multilateral regional, a UNASUL passou a contar com uma instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa: o Conselho de Defesa Sul-Americano, criado na reunião extraordinária de Costa do Saúpe, em dezembro de 2008.

A instituição do Conselho ocorreu menos de sete meses após a assinatura do tratado constitutivo da UNASUL, em maio do mesmo ano.

Em seu período ainda curto de existência, o Conselho já exibiu notável capacidade de equacionar questões surgidas entre seus membros, dando contribuição efetiva à manutenção da estabilidade regional e à causa da paz.

O atual plano de ação do Conselho de Defesa Sul-Americano atesta a variedade de áreas em que a cooperação sul-americana tem realizado ou realizará o potencial de ganhos conjuntos.

A coordenação de ações na missão de paz no Haiti é um exemplo de contribuição competente e de forte conteúdo humano para a reconstrução do país irmão.

Outra área indicada no plano de ação do CDS aberta a enormes benefícios pela cooperação é a de indústria e tecnologia de defesa.

Uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa brasileira é justamente o estímulo à integração sul-americana, e especialmente o fomento da integração das bases industriais de defesa.

Projetos como o do avião cargueiro-reabastecedor KC-390, em que o Brasil tem contado já com a parceria da Argentina, e ao qual poderão juntar-se outros países, começam a dar concretude aos planos de desenvolvimento industrial coletivo sul-americano.

Onde ainda não podemos desenvolver conjuntamente, procuramos comprar produtos de defesa de nossos vizinhos.

É o caso de lancha fluvial blindada que estamos adquirindo da Colômbia.

Notem-se, também, os avanços na implementação dos procedimentos de aplicação das medidas de fomento da confiança e segurança, documento adotado pelo CDS.

Esse repertório de medidas aprofundará a identificação estratégica entre as nações sul-americanas.

São pilares do documento a proscricção do uso da força e da ameaça do uso da força, assim como o compromisso regional com o status da América do Sul como zona livre de armas nucleares.

Todas essas frentes de cooperação ampliarão as capacidades individuais e coletivas dos países sul-americanos.

Uma América do Sul que substitui a política de poder pela construção de confiança poderá atingir aquilo que eu chamarei de “coordenação dissuasória”, isto é, um nível de cooperação e integração que desestimula ações hostis contra cada um dos países ou contra o conjunto da América do Sul.

★ ★ ★

Uma identidade sul-americana em matéria de defesa não será estabelecida de uma penada, mas tampouco surgirá se não colocarmos nossas mentes para refletir em seus contornos.

A história – recente, mas vibrante – da construção da América do Sul dá prova de que já temos uma trajetória bem definida a nos orientar.

Aspiramos à justiça social, ao desenvolvimento econômico e a uma participação coesa nas relações internacionais do século XXI.

Compreendemos que democracia, soberania e integração são vetores complementares na estratégia dissuasória e cooperativa de defesa.

Infensos que somos a intentos hegemônicos ou de imposição de um pensamento único, reconhecemos a pluralidade como atributo básico do processo de pesquisa e formulação da identidade sul-americana em defesa.

A variedade de experiências e de condições constitui riqueza a ser explorada.

Ao mesmo tempo, é preciso levar a sério os diferentes diagnósticos de risco e ameaças feitas por cada um de nossos países.

Não haverá integração em defesa sem um diálogo franco e honesto, respeitoso da diversidade, entre países que desejam se conhecer.

Estamos unidos por princípios comuns que emprestam credibilidade a nossos esforços: a solução pacífica de controvérsias, o respeito à soberania, a subordinação do poder militar à liderança civil democrática e a prevalência dos direitos humanos.

Como nos recorda o estatuto do CDS, impusemo-nos o objetivo de consolidar a América do Sul como zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos.

Mas para alcançarmos uma identidade sul-americana em matéria de defesa, é imperioso desenvolver novos modos de pensar a nossa realidade.

Isso envolve um certo grau de transição conceitual.

Estamos acostumados, muitas vezes, com teorias tradicionais a respeito dos processos de paz e guerra no sistema internacional.

Abordagens inovadoras ou alternativas sobre conflito e cooperação devem ser buscadas.

Um exemplo é o poder explicativo de um conceito que só recentemente tem ganhado espaço nas análises de relações internacionais, o de “comunidade de segurança”, proposto pelo cientista político Karl Deutsch nos anos 1950.

Segundo Deutsch, forma-se uma comunidade de segurança quando o sentido de coletividade, de confiança e de respeito mútuo entre determinados países torna inconcebível a guerra como meio de solução de controvérsias.

Penso que o conceito guarda potencial para conformar as relações de “leal amizade entre todas as nações sul-americanas”, para socorrer-me mais uma vez das palavras do patrono da diplomacia brasileira.

Outra parte do esforço de buscar novos modos de pensar sobre a realidade da nossa região envolve uma atitude de cuidado frente a análises e teorias marcadas por interesses de ordem geopolítica, geoeconômica ou geoestratégica alheios aos nossos.

Cumpre, pois, cultivarmos e refinarmos o senso crítico, fundamento da capacidade de julgar, em relação a esquemas conceituais nascidos em outras realidades.

Em resumo, identificaremos nossos interesses comuns em defesa mediante um longo processo construído pelo diálogo na pluralidade e pela compreensão de princípios unificadores na diversidade, mas também pela reflexão inovadora e crítica.

O Curso Avançado de Defesa que ora se inicia é um campo privilegiado desse processo.

* * *

Permitam-me terminar com uma citação literária.

Comentando certa vez uma visita à cidade de Colônia do Sacramento, Jorge Luis Borges escreveu: [cito] “A guerra também andou por aqui. Escrevo também porque a sentença pode ser aplicada a quase todos os lugares do planeta. Que o homem mate ao homem é um dos hábitos mais antigos de nossa singular espécie (...) Aqui sentimos de maneira inequívoca a presença do tempo, tão rara nessas latitudes. Nas muralhas e nas casas está o passado, sabor que se agradece na América”. [fim da citação]

A grave sabedoria dessas palavras sobre a guerra na história humana esconde um fato extraordinário.

Colônia do Sacramento, ou simplesmente Colônia, vive, enfim, uma paz centenária.

Na América do Sul, nosso passado de conflitos convive com outro passado, mais jovem, de natureza totalmente diversa, um passado de paz.

Em uma terra agraciada com abundantes recursos e habitada por povos que aspiram à concórdia e ao progresso, esse outro passado é, também ele, um sabor que se agradece.

Muito obrigado.